

# Floresta Roubada

Boletim Informativo do Instituto de Divulgação da Amazônia (IDA)

Ano 1 / Nº 01 janeiro de 2009

## PROJETO UIRÁ: cuidar da floresta é a nossa natureza

Invasão da floresta antes preservada é uma situação constante nos 2.492 hectares de terras do Projeto Uirá, localizado na margem direita do rio Aiu-Açu, afluente do rio Acará, com entrada pelo km 90 da rodovia PA 150, município de Tailândia. A área tinha 2.200 hectares de floresta primária que era preservada desde 1976, quando foi requerida ao governo do Estado, via Instituto de Terras do Pará (Iterpa). É propriedade legal de Armando Zurita Leão e administrada pelo Instituto de Divulgação da Amazônia (IDA).

Desde 1992, o Projeto planta espécies florestais e frutíferas em cerca 292 hectares que haviam sido desmatados por terceiros, sendo o carro-chefe as mudas de castanha-do-pará, hoje mais conhecida como castanha-do-brasil. Além da castanha são plantados na área do Projeto UIRÁ mogno, bacuri, andiroba, copaíba, açaí, cupuaçu, dentre outras. Através do Convênio entre Instituto de Divulgação da Amazônia (IDA) e Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), foram distribuídas em 2005 e 2006, gratuitamente, 63000 mudas para 140 famílias de Tailândia. Promoveu-se assim a educação agro-florestal através da socialização com agricultores da região de como selecionar, plantar e adubar, de modos correto e barato, mudas de espécies importantes, do ponto de vista econômico e ecológico.

O IDA sempre priorizou a utilização racional dos recursos naturais, com a preservação das nascentes de água, das margens dos rios afluentes e da floresta, com o objetivo ambiental e econômico de

estudá-la por inteiro. Infelizmente, porém, desde 29 de janeiro de 2007, a área do projeto foi invadida por um grupo armado conhecido como “semtoras”, o qual é financiado por determinadas serrarias e invade áreas com o propósito de cortar e roubar

“laranja” de madeireiros. Com o intuito de manter a mata nativa, Zurita acabou vítima da ganância de madeireiros e da omissão e lentidão da Justiça Estadual.

A liminar de Reintegração de Posse foi expedida em 26 de abril de 2007 pelo doutor Sérgio Ricardo da Costa, juiz

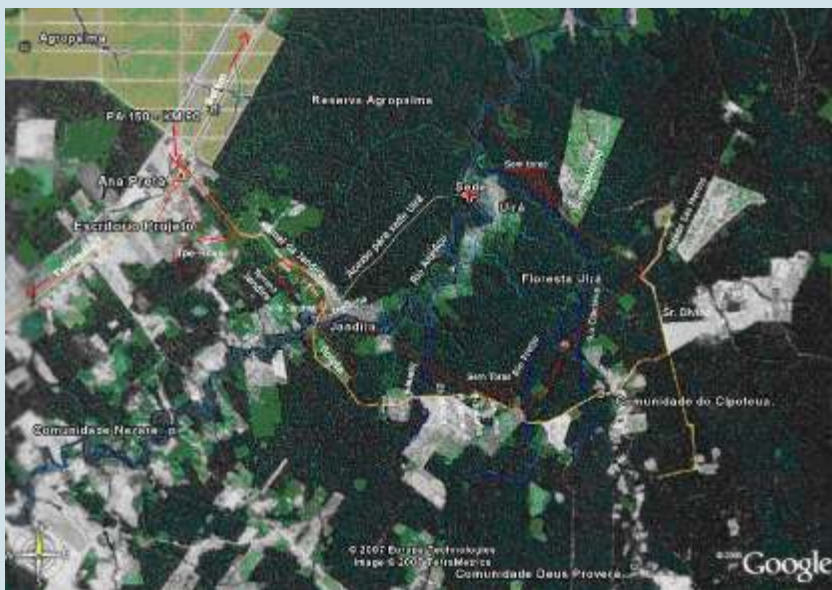
titular da Vara Agrária de Castanhal. Mas por falta de apoio de equipe policial especializada, a ordem judicial não foi cumprida. A oficial de justiça da Vara Agrária foi informada que a reintegração de posse ocorreria depois de 15 de dezembro de 2008, o que não ocorreu.

Em 16 de setembro de 2008 a Promotora Ana Maria Magalhães Carvalho fez a denúncia contra 32 pessoas ligadas à exploração ilegal de madeira perante o Juiz da Comarca de Tailândia,

um trabalho que merece elogios pela competência.

Em audiência do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, realizada publicamente no dia 17 de dezembro de 2008, no auditório do Fórum Cível em Belém, Armando Zurita Leão apresentou reclamação contra a lentidão do Poder Público estadual em questões de invasão de terra de floresta nativa. Para ele, a celeridade exigida da Justiça é preventiva. Segundo o CNJ, os dados recolhidos na audiência serão preparados em um relatório para que sejam apontadas soluções e tomadas as providências de aprimoramento que devem ser cumpridas pelo Tribunal de Justiça do Estado - TJE.

Veja mais na PÁG.03



madeira para que sejam vendidas a determinadas madeireiras, além dos danos causados a propriedade. A partir daí, o IDA vem recorrendo a todos os órgãos públicos e à Justiça para rebater a invasão através de uma ação de reintegração de posse, com o apoio do escritório de advocacia de Bruno Antunes e Maria da Glória Verdelho. Segundo o advogado Bruno Antunes, "é claro que apenas a fiscalização e a força policial não vão resolver o problema. Elas precisam vir acompanhadas por políticas públicas que deixem claro a opção de trabalho que não faça a derrubada de floresta nativa". O presidente da ong IDA, Armando Zurita Leão, também ressalta que essas políticas públicas devem realmente

### EXPLORAÇÃO MADEIREIRA

Uma floresta que sai da Amazônia

Pág. 04

### TAILÂNDIA

Marcada por conflitos de terra e violência, o município tenta se livrar do rótulo de inimiga da preservação da Amazônia.

Pág. 04

### DIDÁTICO

Livros pretendem alertar crianças e jovens sobre problemas da região.

Pág. 04

# EDITORIAL

Eu era jovem, em 1975. Gostava de conhecer a vida dos ribeirinhos junto com amigos. Andava de barco no alto do rio Acará quando descobrimos um afluente na sua margem esquerda, o rio Aiu-Açu. Paramos na altura de um desmatamento à procura do dono ou posseiro daquelas terras. Não encontramos ninguém. Vizinhos disseram que estava abandonada. Entramos e observamos vegetação secundária, a mata nativa exuberante.

Requeremos a propriedade ao Instituto de Terras, que em 1997 emitiu o título de propriedade de 2.492 hectares, a qual foi dada à administração da ong IDA Instituto de Divulgação da Amazônia

Desde 1992 o instituto IDA, sem fins lucrativos, recupera a parte da mata antes devastada por terceiros. Isso se dá com o plantio de castanha-do-pará, cupuaçu, andiroba e outras espécies nativas. Manteve-se a vegetação original, de aproximadamente 2200 hectares, sem a retirada de uma única árvore. Dentro da área já devastada foram construídos casa de alvenaria, poço artesiano e implantados antena de celular rural e placa solar para energia.

Essa área preservada, juntamente com a reserva legal vizinha, pertencente à Agropalma, forma um corredor ecológico onde há preservação das vidas florestal e silvestre e desenvolvimento da biodiversidade.

Do ponto de vista econômico, a preservação da mata UIRÁ sempre foi um gasto sem retorno financeiro. Mas para nós, diretores do IDA, acima de tudo fica claro que o direito ao meio-ambiente é para todos, que neste século XXI começa a ser reconhecido. Fizemos a nossa parte.

A invasão dos “sem-toras” e atitudes passivas de determinadas autoridades abalou a minha saúde e dos trabalhadores que apoiavam a recuperação da vegetação secundária do Projeto UIRÁ. Eu fiquei tão abalado que meus amigos diziam que estava irreconhecível. Sou professor do curso de Direito da Universidade Federal do Pará e não conseguia ministrar aulas, pois o assunto da invasão era o que dominava meu falar. A direção da Universidade de Direito me atribuiu vinte e duas faltas no primeiro semestre de 2007, depois justificadas por perícia médica da Reitoria da UFPA.

Sou militante político e social desde os tempos de estudante. Penso que o Estado deve distinguir muito bem entre invasão de fazendas de produção (gado, soja) e fazendas de floresta nativa, pois essa última faz acumular roubo e crime contra o meio ambiente.

Como a esperança é o último dos sentimentos que morrem no homem, espero que esse informativo sirva para apressar uma boa solução: a retirada legal dos invasores “sem-toras” e a indenização pelos danos causados. Aqui há uma mensagem que ora parece um lamento, ora um relato de derrota, mas também carrega dosagem de levante. Uma mensagem forte propõe atuar localmente e pensar globalmente. Com saber e organização podemos conduzir, animar e até impor a nossos representantes legais que caminhem nossos pleitos. Certamente as ações de criminosos, corruptos, espertalhões e saqueadores ficarão mais difíceis e serão colocadas a público.

*Armando Zurita Leão  
Presidente do IDA.*



## PORTA-RETRATO

Os funcionários do PROJETO UIRÁ provam que quando o assunto é voluntariado eles não brincam em serviço. Na foto, viveiro de mudas de árvores a serem plantadas na fazenda UIRÁ para recuperar área já devastada.



Viveiro localizado na sede do IDA em Belém, no bairro do Jurunas, onde são produzidas diversas espécies de mudas que depois são plantadas na FAZENDA FLORESTAL UIRÁ. No momento as mudas estão em constante manutenção, aguardando o desfecho da invasão para serem plantadas.



# FAZENDA UIRÁ - toras de madeira cortada, árvores no toco e redução do verde: a floresta pede socorro.

Um dentre vários casos de invasão de terras no Pará, a reserva nativa do PROJETO UIRÁ está com mais da metade dos seus 2.200 hectares de área de preservação devastados pela extração ilegal de madeira, invasão essa que não respeita espécies em extinção nem árvores jovens. O abate sistemático da floresta vem sendo praticado desde 2007 por madeireiros, que têm suas serrarias espalhadas por Tailândia e por fazendeiros que compram estacas para cercarem suas propriedades, quase sempre com a omissão de autoridades.

Para se ter uma idéia da devastação e do sentimento de impunidade do crime ambiental por parte dos madeireiros, durante o período da invasão, quase dois anos, foi construída uma estrada para escoar essa madeira, com o intuito de despistar as Polícias Rodoviária e Ambiental. Trata-se do ramal Pindorama (mapa). Além disso, invadiram a casa do Projeto UIRÁ e queimaram a vegetação da área. Nos dias 24 e 25 de dezembro de 2008, pessoalmente, Armando Zurita Leão chamou a PM rodoviária e no KM 123 d a P A 1 5 0 , a p r e e n d e r a m 2 veículos com madeira roubada da FLORESTA UIRÁ. Apesar desses obstáculos, o IDA aguarda a efetivação da reintegração de posse e a realização da Perícia Florestal para saber, registrar, filmar e publicar a extensão do roubo e dano ambiental.



Ramal Jandira

Após isso se estudará se vale a pena fazer o reflorestamento (com espécies ameaçadas de extinção e/ou de ocorrências raras) nessa área permita que essa flora especial não seja, definitivamente, extinta na região. O Instituto preferiu agir por meios legais, apesar da lentidão, para readquirir a posse da terra, que até o momento não efetivada. Os ladrões andam de veículo e a Justiça em carro de boi. Mas nem tudo está perdido. No período de 12 a 23 de janeiro de 2009, a Delegacia Estadual do Meio Ambiente - DEMA e fiscalização da Secretaria do Meio Ambiente - SEMA, trabalharam em Tailândia para constatar crimes florestais.



Ramal Pindorama

## > Cultivo da Castanha-do-Pará



•Dentre o cultivo de mudas desenvolvido pelo IDA em sua sede em Belém e seu plantio na fazenda Uirá, está a castanha-do-pará (também conhecida como castanha-do-brasil ou da Amazônia, pois também é encontrada em áreas da Amazônia não brasileiras). Por ter um cultivo que requer muito reparo das mudas, levando até dois anos para ficarem prontas e serem plantadas e cerca de 10 a 15 anos para o início da produção, a castanha tem um alto valor econômico. É uma das importantes espécies extrativas da Amazônia, tendo grande participação nas atividades comerciais como produto de exportação e importação da região amazônica. Entretanto, o extrativismo da castanha diminuiu, já que grandes quantidades são derrubadas para dar espaço a atividades agrícola e de pecuária. Há uma grande necessidade de políticas de incentivo ao produtor extrativista, pois o cultivo da castanha pode ser importante fonte de renda para produtores rurais.

•A castanheira é uma árvore de grande porte. Seu fruto é o ouriço, duro, com até 15 cm de diâmetro, contendo em seu interior aproximadamente 12 a 20 castanhas. Esses ouriços podem ser utilizados como combustível ou na confecção de objetos de decoração. Mas o que possui maior valor na castanheira é a amêndoa, rica em proteínas, podendo ser usada para a extração de óleo ou como alimento, fazendo parte do cardápio regional.

•A árvore é ideal para o reflorestamento, pois dentre os principais critérios utilizados na seleção de espécies para esta prática estão adaptação em relação ao local de crescimento e elevada produtividade, e a castanheira desenvolve-se bem em regiões de clima quente e úmido, como é o caso da Amazônia.

•Uma muda de castanheira custa no mínimo quinze reais, pois precisa de técnicas e cuidados durante dois anos. Depois de plantada começa a produzir entre treze a quinze anos, mas só será adulta com cerca de vinte anos. Contudo, seu tempo de vida é de séculos, e seu plantio é feito para o futuro.

•Ela representa a tentativa de preservação das florestas, já que pela legislação brasileira é proibida sua derrubada. Mas infelizmente em muitos lugares da Amazônia a paisagem mostra um cemitério salpicado de castanheiras agonizantes. Mas ainda podemos encontrar exemplares desta imponente espécie nos arredores de Belém, principalmente às margens da rodovia PA 150, no entorno de Marabá e principalmente no Estado do Acre, mesmo tendo suas populações reduzidas consideravelmente nas últimas décadas.

## TESTEMUNHA DO COMPROMISSO COM O MEIO AMBIENTE



Mário da Silva Cabral é técnico agrícola do Projeto UIRÁ, convênio com FNMA. Prestou serviços de assistência técnica no viveiro Ana Preta, KM 90 da PA 150, para cuidar de mudas de frutíferas que foram distribuídas gratuitamente a famílias locais. Ele estava presente no dia da

invasão e foi quem prestou as primeiras declarações à polícia. Cabral é testemunha do esforço e coragem de vizinhos e trabalhadores do viveiro UIRÁ na denúncia de roubo de madeira. Alguns caminhões foram apreendidos pela Polícia Militar com esforço pessoal do presidente da ong IDA, Armando Zurita Leão.

Na área de apoio do Projeto UIRÁ, viveiro em que Cabral permanece com outros trabalhadores, distante cerca de 10 KM dos invasores, continua o cuidado das mudas para serem plantadas quando a fazenda UIRÁ estiver desocupada. Cerca de 22 mil mudas de açaí e 3 mil mudas de castanha-do-brasil estão no viveiro. Após a invasão, o projeto de assistência técnica para famílias de cinco comunidades da região ficou prejudicado.

Em seu relato, Cabral afirma que a sede da fazenda foi invadida por dezenas de pessoas não identificadas que portavam armas de fogo e expulsaram, fazendo uso da violência, quatro funcionários que estavam no local, ameaçando-os caso denunciassem o caso à polícia. "Eles também atacaram a casa da fazenda e queimaram a vegetação da área", conta Cabral. Os "sem-toras" apresentam-se nas áreas invadidas em dezenas, mas na prática, ficam na invasão cerca de 10 famílias. Os extratores de toras entram e saem da área apenas para extrair madeira.

# IDA FAZ UM ALERTA SOBRE DESMATAMENTO

O desmatamento na Amazônia em outubro de 2008 atingiu 541 quilômetros quadrados de floresta, área equivalente à metade do município do Rio de Janeiro. O número é 8% menor que o registrado em setembro, quando os satélites identificaram 587 quilômetros quadrados



de novas áreas desmatadas. Os dados são do Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inp).

Mato Grosso, Pará e Rondônia foram responsáveis por 90% do desmatamento da floresta no período. Pelo segundo mês consecutivo, Mato Grosso lidera a lista de maiores desmatadores, com 233 quilômetros quadrados, 43% do total. As motosserras do Pará foram responsáveis por outros 218 quilômetros quadrados de desmatamento o que garantiu ao

devastação em outubro. Rondônia aparece em seguida, com 36 quilômetros quadrados de novas áreas desmatadas. Porém, combater estes desmatamentos não é fácil. Não é de hoje que protestos são deflagrados contra as operações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). No início do ano de 2008, por exemplo, em Tailândia, no nordeste do Estado, uma série de manifestações obrigou os funcionários do Ibama a interromper a fiscalização em madeireiras acusadas de derrubar ilegalmente árvores da floresta, na operação chamada de "Guardiões da Amazônia". Na ocasião, mais de duas mil pessoas tentaram invadir uma madeireira que estava sendo vistoriada, cercando os fiscais e impedindo a retirada de madeira ilegal.

Após o conflito, o Ibama retornou ao município, mas, desta vez, com o suporte da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança, na operação "Arco de Fogo", que fechou muitas madeireiras e também sofreu forte resistência. No trecho da rodovia PA-150, que corta toda a cidade de Tailândia, ocorreram vários confrontos durante a ação.

Assim, é necessário oxigenar as medidas de fiscalização e controle, tornando algumas delas mais estratégicas,

garantindo uma aplicação mais sistêmica. O processo de desmatamento continua em taxa elevada, os mecanismos ilegais degradantes e criminosos de exploração dos recursos naturais continuam impunemente em implementação. As iniciativas e investimentos para mudar esse quadro não alimentam esperanças para o horizonte futuro.

Na região, o transporte de toras das fontes até as serrarias é quase sempre feito exclusivamente por estradas não oficiais.

Por ser atividade extrativista seletiva e eliminadora da planta, a exploração madeireira tem contribuído sensivelmente para a eliminação de estoques genéticos de algumas espécies florestais reconhecidamente nobres, que a natureza aperfeiçoou por milênios de evolução. Por isso é vital o estudo do manejo florestal para que não ocorra a eliminação das espécies.



## Tailândia, onde a madeira vira riqueza de poucos



Com uma população de mais de 64 mil habitantes, o município de Tailândia, situado a 250 quilômetros de Belém, foi colonizado e ocupado por volta de 1978 por agricultores e madeireiros atraídos pela abertura da PA 150, o nordeste ao sudeste do Pará. Nos dias atuais, a cidade tenta se livrar do rótulo de inimiga da Amazônia por conta de alto índice de

desmatamento na região. Reflorestamento é uma alternativa real para mudar essa situação. Mas há muito que fazer.

Na região o plantio de dendê pelas empresas Agropalma e Biopalma, diretamente ou de forma terceirizada, é uma opção de trabalho assalariado. Agricultores médios também se especializam nesse plantio, estimulados pelas empresas citadas acima.

## IDA aumenta o conhecimento sobre a Amazônia através da publicação de livros

Para divulgar e alertar sobre a Amazônia, o IDA lança durante o Fórum Social Mundial, este ano, livros didáticos sobre a história polêmica e conturbada da região. Um deles tem o nome Panorama da Amazônia e é destinado ao ensino médio. Já o Vida Inteligente na Amazônia, volumes I e II, são voltados para o ensino fundamental.

Os autores destes livros, os professores Armando Zurita Leão e Maria do Socorro Lucas Bandeira, afirmam que eles pretendem "colaborar na formação do conhecimento sobre a Amazônia brasileira, por parte dos jovens e pessoas interessadas. A Amazônia é muito grande, assim como são enormes os desafios para sua conservação com melhoria para o povo que nela vive". Esses textos, trabalhados há dez anos, passam por atualizações constantes.

Dentre os assuntos abordados em "Vida Inteligente na Amazônia - Caravana das Águas" estão o projeto Sementes do Amanhã, que é uma ação intersectorial de Governo que envolve as políticas de educação, saúde, assistência social, saneamento e cultura visando prevenir a exploração do trabalho de crianças e adolescentes na catação de resíduos sólidos no Aterro Sanitário do Aurá, no município de Belém-PA, através do atendimento integral à família; a história de fibra e coragem de Isa Cunha; a luta das mulheres na Zona Franca de Manaus; o programa Calha Norte, com o objetivo de promover a integração nacional, que desenvolve trabalhos de saneamento básico, educação, saúde, energia, transporte e defesa, melhorando a qualidade de vida das comunidades mais carentes deste pedaço estratégico do país; e Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM.

Já o volume "Diversidade no ambiente e na cultura", apresenta a reserva ecológica de Mamirauá-Tefé estado do Amazonas, que tem 1.124.000 hectares e desenvolve o ecoturismo associado com outras atividades pra geração de renda e melhoria das condições de vida do morador, ela está localizada no município de Tefé, na confluência dos rios Solimões e Japurá, e é a maior área de várzea protegida no Brasil, com ecossistemas que guardam as espécies raras; esclarece porque o bacuri é considerado uma promessa da floresta e também mostra um pouco da produção científica do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).